

	Tipo do Documento Laudo Técnico de Avaliação dos Ambientes de Trabalho	Código do documento Laudo dezembro/2014	
	Título do Documento Laudo FACULDADE DE FARMÁCIA	Revisão 01	Folha i/19



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

**LAUDO TÉCNICO INDIVIDUAL
ANGELA MARIA DE CARVALHO PONTES
FACULDADE DE FARMÁCIA —**

**Laudo Dezembro /2014
Revisão 01**

- **INSALUBRIDADE**
- **PERICULOSIDADE**
- **RADIAÇÃO IONIZANTE, GRATIFICAÇÃO DE
TRABALHOS COM RAIOS-X OU SUBSTÂNCIAS
RADIOATIVAS**



Tipo do Documento

Laudo Técnico Individual - Angela Maria de Carvalho
Pontes

Código do documento

Laudo dezembro /2014

Título do Documento

Título do Documento
FACULDADE DE FARMÁCIA

Revisão
01Folha
ii/19

CONTROLE DAS REVISÕES

[illegible]

	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual - Angela Maria de Carvalho Pontes		Laudo dezembro /2014	
	Título do Documento		Revisão	Folha
	FACULDADE DE FARMÁCIA		01	iii/19

REQUISITANTE: Superintendência de Pessoal — SPE da UFBA

EXECUTANTE: Serviço Médico Universitário Rubens Brasil — SMURB

ASSUNTO: Avaliação técnica para identificação de possíveis agentes de riscos ambientais insalubres, perigosos, de radiação ionizante, gratificação de trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas.

DADOS DO SERVIDOR/ UNIDADE AVALIADA

NOME: Angela Maria de Carvalho Pontes

CARGO/FUNÇÃO: Docente e Coordenadora

ÓRGÃO/UNIDADE: Escola de Farmácia/ Departamento de Análise Clínica e Toxicologia

CNPJ: 15.180.714/0001-04

GRAU DE RISCO: 2 (dois)

CNAE: 8532-5

ATIVIDADES: Educação Superior — Graduação e Pós-graduação.

ENDEREÇO: Rua Barão de Jeremoabo, s/n - Campus Universitário de Ondina, CEP: 40170-115, Salvador-Bahia.

DATA DA AVALIAÇÃO: 16 de dezembro de 2013 e 21 de outubro 2014



	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual - Angela Maria de Carvalho Pontes		Laudo dezembro /2014	
	Título do Documento		Revisão	Folha
	FACULDADE DE FARMÁCIA		01	iv/19

SUMÁRIO

I – OBJETIVO.....	5
II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	5
III – DEFINIÇÕES	6
1. Atividades e Operações Insalubres	6
2. Riscos Ambientais	6
2.1. Agentes Físicos	7
2.2. Agentes Químicos	7
2.3. Agentes Biológicos	7
3. Tempo de Exposição.....	7
4. Atividades e Operações Perigosas	8
5. Equipamento de Proteção Individual – EPI	8
6. Equipamento de Proteção Coletiva – EPC.....	9
6.1. Extintores de Incêndio.....	9
6.2. Sinalização de Segurança	9
IV – PAGAMENTO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS	10
V – SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS.....	11
VI – RESPONSABILIDADES	12
VII – METODOLOGIA USADA NA AVALIAÇÃO.....	12
VIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS	13
LAUDO	15
COLEGIADO DE FARMÁCIA.....	16
LABORATÓRIO MULTIUSO – CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	17
LABORATÓRIO DE HEMATOLOGIA/ ANÁLISES CLÍNICAS	18
LABORATÓRIO MICROSCOPIA	19



	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico de Avaliação dos Ambientes de Trabalho		Laudo dezembro/2014	
	Título do Documento		Revisão	Folha
	Laudo da FACULDADE DE FARMÁCIA		01	5/19

I – OBJETIVO

Este Laudo Técnico individual tem por objetivo caracterizar as possíveis condições insalubres e perigosas na atividade da servidora Angela Maria de Carvalho Pontes, Coordenadora e professora da Faculdade de Farmácia – Departamento de Análise Clínica e Toxicologia para avaliação de concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade e gratificação por trabalhos com raios-X ou substâncias radioativas.

II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 – Cap. II. Seção II. Subseção IV - Dos Adicionais de Insalubridade, Periculosidade ou Atividades Penosas - Art. 68 a 72;
- Lei nº 8.270 de 19 de dezembro de 1991 – Art.12, Incisos I e II e seus Parágrafos;
- Orientação Normativa nº 06 de 18 de março de 2013, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece Orientação sobre a concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por trabalhos com Raios-X ou substâncias radioativas, e dá outras providências;
- Lei nº 6.514/77 que introduz alterações no Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho;
- Portaria Ministerial nº 3.214/78, que regulamenta a Lei nº 6.514/77, instituindo as Normas Regulamentadoras – NR's;
- Norma Regulamentadora nº 06 - Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- Norma Regulamentadora nº 15 – Atividades e Operações Insalubres;
- Norma Regulamentadora nº 16 – Atividades e Operações Perigosas;
- Norma Regulamentadora nº 17 – Ergonomia;
- Norma Regulamentadora nº 23 – Proteção contra incêndios;
- Lei nº 12.740, de 08 de dezembro de 2012, define os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas;
- Decreto 93.412, de 14 de dezembro de 1986 – Adicional de periculosidade para atividades com energia elétrica;

	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual - Angela Maria de Carvalho Pontes		Laudo dezembro /2014	
	Título do Documento		Revisão	Folha
	FACULDADE DE FARMÁCIA		01	6/19

- Decreto nº 877, de 20 de julho de 1993 - Regulamenta a concessão do adicional de irradiação ionizante de que trata o § 1º do art. 12da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991;
- Portaria nº 453, de 01 de junho de 1998 - MS/SVS - Aprova o Regulamento Técnico que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico, dispõe sobre o uso dos raios-x diagnósticos em todo território nacional e dá outras providências.
- CNEN-NN-3.01, Setembro/2011 - "Diretrizes básicas de proteção radiológica".
- E demais normas, leis, decretos ou similares, quando necessário.

III – DEFINIÇÕES

1. Atividades e Operações Insalubres

O Art. 189 da CLT define:

Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza e condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados, em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

2. Riscos Ambientais

Consideram-se riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função da sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador (item 9.1.5 da Norma Regulamentadora – NR-9).



	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual - Angela Maria de Carvalho Pontes		Laudo dezembro /2014	
	Título do Documento		Revisão	Folha
	FACULDADE DE FARMÁCIA		01	7/19

2.1. Agentes Físicos

Consideram-se agentes físicos as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não-ionizante, bem como o infra-som e o ultra-som (item 9.1.5.1 da NR-9).

2.2. Agentes Químicos

Consideram-se agentes químicos as substâncias, os compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição possam ter contato ou ser absorvido pelo organismo através da pele ou por ingestão (item 9.1.5.2 da NR-9).

2.3. Agentes Biológicos

Consideram-se agentes biológicos as bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus entre outros (item 9.1.5.3 da NR-9).

3. Tempo de Exposição

Conforme o Art. 9º da Orientação Normativa nº 6/2013:

I - exposição eventual ou esporádica: aquela em que o servidor se submete a circunstâncias ou condições insalubres ou perigosas, como atribuição legal do seu cargo, por tempo inferior à metade da jornada de trabalho mensal;

II - exposição habitual: aquela em que o servidor submete-se a circunstâncias ou condições insalubres ou perigosas como atribuição legal do seu cargo por tempo igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal; e

	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual - Angela Maria de Carvalho Pontes		Laudo dezembro /2014	
	Título do Documento		Revisão	Folha
	FACULDADE DE FARMÁCIA		01	8/19

III - exposição permanente: aquela que é constante, durante toda a jornada laboral e prescrita como principal atividade do servidor;

4. Atividades e Operações Perigosas

São consideradas atividades e operações perigosas aquelas que por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis, explosivos, radiações ionizantes e eletricidade.

A NR-16 estabelece os critérios para a sua concessão de acordo com os seus Anexos:

Anexo 1: Atividades e Operações Perigosas com Explosivos;

Anexo 2: Atividades e Operações Perigosas com Inflamáveis;

Anexo 3: Atividades e Operações Perigosas com Radiações Ionizantes ou Substâncias Radioativas.

O Decreto 93.412/86 estabelece critérios para a concessão do adicional para energia elétrica de acordo com seu anexo:

Anexo: Quadro de atividades / Área de risco.

5. Equipamento de Proteção Individual – EPI

EPI é todo dispositivo de uso individual, destinado a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador. Deve ser fornecido gratuitamente ao servidor, de acordo com o risco a que está submetido e, em perfeito estado de conservação e funcionamento (NR-6). É responsabilidade das chefias orientarem o servidor para o porte adequado do EPI e cobrar o seu uso.

	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual - Angela Maria de Carvalho Pontes		Laudo dezembro /2014	
	Título do Documento		Revisão	Folha
	FACULDADE DE FARMÁCIA		01	9/19

6. Equipamento de Proteção Coletiva – EPC

EPC é todo dispositivo destinado a proteger à saúde e a integridade física de uma coletividade de trabalhadores expostos a um determinado risco, tais como: enclausuramento acústico de uma fonte de ruído, proteção de partes móveis de máquinas e equipamentos, sinalização de segurança, uso de extintores de incêndio, entre outros.

6.1. Extintores de Incêndio

Todos os estabelecimentos deverão, obrigatoriamente, ser providos de extintores portáteis de incêndio, a fim de combater o fogo no seu início. Tais aparelhos devem ser apropriados à classe do fogo a extinguir. Deve ser observada a recomendação constante na NR-23.

Extintores de Incêndio: Todos os estabelecimentos deverão, obrigatoriamente, ser providos de extintores portáteis de incêndio, a fim de combater o fogo no seu início. Tais aparelhos devem ser apropriados à classe do fogo a extinguir. Cabe a UNIDADE:

1. Adquirir extintores de incêndio apropriados à classe de incêndio a ser extinta, buscando suprir as atuais necessidades junto aos diversos ambientes de trabalho.
2. Recarregar e inspecionar os extintores existentes e redistribuí-los conforme a necessidade de cada local face à classe de incêndio a ser extinta.
3. Implantar Plano de Emergência nas Instalações da Unidade.

6.2. Sinalização de Segurança

Todos os estabelecimentos deverão, obrigatoriamente, dispor de sinalização de segurança, com os objetivos de advertir o trabalhador contra riscos de

	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual - Angela Maria de Carvalho Pontes		Laudo dezembro /2014	
	Título do Documento		Revisão	Folha
	FACULDADE DE FARMÁCIA		01	10/19

acidentes, identificar equipamentos de segurança e delimitar áreas e tubulações industriais, por meio de cores.

IV – PAGAMENTO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS

Conforme determina a Orientação Normativa nº06/2013:

[...]

Art. 10. A caracterização e a justificativa para concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando houver exposição permanente ou habitual a agentes físicos, químicos ou biológicos, dar-se-ão por meio de laudo técnico elaborado com base nos limites de tolerância mensurados nos termos das Normas Regulamentadoras nº 15 e nº 16, aprovadas pela Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 3.214, de 08 de junho de 1978.

[...]

Art. 13. A execução do pagamento dos adicionais de periculosidade e de insalubridade somente será processada à vista de portaria de localização ou de exercício do servidor e de portaria de concessão do adicional, bem assim de laudo técnico, cabendo à autoridade pagadora conferir a exatidão dos documentos antes de autorizar o pagamento.

Parágrafo único. Para fins de pagamento do adicional, será observada a data da portaria de localização, concessão, redução ou cancelamento, para ambientes já pericuidados e declarados insalubres e/ou perigosos, que deverão ser publicadas em boletim de pessoal ou de serviço.



	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual - Angela Maria de Carvalho Pontes		Laudo dezembro /2014	
	Título do Documento		Revisão	Folha
	FACULDADE DE FARMÁCIA		01	11/19

V – SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS

Conforme determina o Art. 68, § 2º da Lei nº 8.112/90:

[...]

O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Conforme determina a Orientação Normativa nº6/2013:

[...]

Art. 14. O pagamento dos adicionais e da gratificação de que trata esta Orientação Normativa será suspenso quando cessar o risco ou quando o servidor for afastado do local ou da atividade que deu origem à concessão.

Conforme determina a NR 15, item 15.4:

[...]

15.4. A eliminação ou neutralização da insalubridade determinará a cessação do pagamento do adicional respectivo.

15.4.1. A eliminação ou neutralização da insalubridade deverá ocorrer:

- a) com a adoção de medidas de ordem geral que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;
- b) com a utilização de equipamento de proteção individual.



	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual - Angela Maria de Carvalho Pontes		Laudo dezembro /2014	
	Título do Documento		Revisão	Folha
	FACULDADE DE FARMÁCIA		01	12/19

VI – RESPONSABILIDADES

Conforme determina a Orientação Normativa nº6/2013:

[...]

Art. 15. Cabe à unidade de recursos humanos do órgão ou da entidade realizar a atualização permanente dos servidores que fazem jus aos adicionais no respectivo módulo do SIAPENet, conforme movimentação de pessoal, sendo, também, de sua responsabilidade, proceder a suspensão do pagamento, mediante comunicação oficial ao servidor interessado.

Art. 16. É responsabilidade do gestor da unidade administrativa informar à área de recursos humanos quando houver alteração dos riscos, que providenciará a adequação do valor do adicional, mediante elaboração de novo laudo.

Art. 17. Respondem nas esferas administrativa, civil e penal, os peritos e dirigentes que concederem ou autorizarem o pagamento dos adicionais em desacordo com a legislação vigente.

VII – METODOLOGIA USADA NA AVALIAÇÃO

Este Laudo de Avaliação Ambiental baseou-se na avaliação qualitativa dos riscos físicos, químicos e biológicos presentes ou não nos ambientes avaliadas. O método de avaliação qualitativo, ou seja, em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho, está fundamentado nos anexos 13 e 14 da NR-15 e anexos 1, 2 e 3 da NR-16, sendo necessário nos casos de presença de agentes de riscos físicos e químicos a avaliação quantitativa para definição da salubridade ou insalubridade do ambiente.



	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual - Angela Maria de Carvalho Pontes		Laudo dezembro /2014	
	Título do Documento		Revisão	Folha
	FACULDADE DE FARMÁCIA		01	13/19

A metodologia aplicada nesta consistiu em:

1. Visitar para avaliar, *in loco*, a estrutura física e organizacional da Unidade, as funções e rotinas de trabalho desempenhadas pelos servidores dessa unidade;
2. Qualificar a insalubridade e/ou periculosidade, após a análise dos aspectos inerentes a cada ambiente AVALIADO e atividade realizada, observando:
 - a) Contato com o agente nocivo à saúde;
 - b) Regime de exposição não ocasional nem intermitente;
 - c) Enquadramento legal da atividade ou operação insalubre ou periculosa.

VIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

- a) **Gestores:** é de responsabilidade dos Gestores informar à área de recursos humanos quando houver alteração dos riscos, que providenciará a adequação do valor do adicional, mediante elaboração de novo laudo.
- b) **Servidores:** os Servidores que no desenvolvimento de suas atribuições estiverem em contato com os agentes insalubres ou desenvolverem atividades ou operações perigosas e que comprove a exposição em caráter habitual ou permanente farão jus, respectivamente, ao Adicional de Insalubridade, ou Periculosidade ou gratificação por trabalhos com Raios-X ou substâncias radioativas.
- c) **Recurso Humanos:** Cabe à unidade de recursos humanos da UFBA realizar a atualização permanente dos servidores que fazem jus aos adicionais no respectivo módulo do SIAPENet, conforme movimentação de pessoal, sendo,

J

	Tipo do Documento Laudo Técnico Individual - Angela Maria de Carvalho Pontes		Código do documento Laudo dezembro /2014	
	Título do Documento FACULDADE DE FARMÁCIA		Revisão 01	Folha 14/19

também, de sua responsabilidade, proceder a suspensão do pagamento, mediante comunicação oficial ao servidor interessado.

Salvador, 17 de dezembro de 2014


Ana Lúcia P. de C. Ribeiro
 Elaboração do Laudo
 Enga. de Seg. do trabalho
 SMURB/UFBA
 CREA 52289/D

Maria Luiza D. dos Santos
 Diretora SMURB/PRODEP/UFBA

LAUDO

	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual - Angela Maria de Carvalho Pontes		Laudo dezembro/2014	
Título do Documento		Revisão	Folha	
Faculdade de Farmácia		01	16/19	

SETOR AVALIADO

COLEGIADO DE FARMÁCIA

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: Angela Maria de Carvalho Pontes

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INSALUBRIDADE										PERICULOSIDADE			
		TIPO DE RISCO		AGENTE IDENTIFICADO	C/E	LT	GRAU				I	TIPO DE RISCO			GRAU
		F	Q	B			NC	5% Min.	10% Méd.	20% Máx.		EE	RI	E	
Docente/Coordenadora	Administração do curso de Farmácia	NA	NA	NA			NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Nos termos da Orientação Normativa SEGEF Nº 6, de 18 de março de 2013 e das Normas regulamentadoras NR-15 e NR-16, não foram identificados agentes insalubres ou perigosos.

OBSERVAÇÃO:

Medidas de controle a serem adotadas

F - Físico
Q - Químico
B - Biológico
CVE - Concentração/Valor Encontrado

LT - Limite de Tolerância
I - Inflamáveis
EE - Energia Elétrica
RI - Radiações Ionizante

NA - Não Aplicável
A- Aplicável
NC - Não Conclusivo
E-Explosivo

LEGENDA

Data da Avaliação: 16 de dezembro de 2013

Assinatura e carimbo:

Ana Lúcia Ribeiro
Eng.ª de Seg. do Trabalho
SIMURB / UFBA

	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual – Angela Maria de Carvalho Pontes		Laudo dezembro/2014	
Título do Documento		Revisão	Pág.	
FACULDADE DE FARMÁCIA		01	17/19	

SETOR AVALIADO

LABORATÓRIO MULTIUSSO – CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: Angela Maria de Carvalho Pontes

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INSALUBRIDADE										PERICULOSIDADE			
		TIPO DE RISCO			AGENTE IDENTIFICADO	CNE	LT	GRAU				TIPO DE RISCO			GRAU
		F	Q	B				NC	5% Min.	10% Méd.	20% Máx.	I	EE	RI	

Docente/Coordenadora	Aula prática com coleta e amostra de sangue, centrifugação de amostras de sangue e coloração de lâminas.	NA	NA	NA				NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
----------------------	--	----	----	----	--	--	--	----	----	----	----	----	----	----	----

Nos termos da Orientação Normativa SEGEF Nº 6, de 18 de março de 2013 e das Normas regulamentadoras NR-15 e NR-16, não foram identificado agentes insalubres ou perigosos.

OBSERVAÇÃO:

Medidas de controle a serem adotadas

F – Físico
Q – Químico
B – Biológico
CNE – Concentração/Valor Encontrado

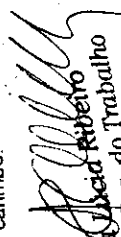
LT – Limite de Tolerância
I – Inflamáveis
EE – Energia Elétrica
RI – Radiações Ionizante

LEGENDA

NA – Não Aplicável
A – Aplicável
NC – Não Conclusivo
E – Explosivo

Assinatura e carimbo:

Data da Avaliação: 16 de dezembro de 2013


Eng. de Seg. do Trabalho
SMURB / UFBA

	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual – Angela Maria de Carvalho Pontes		Laudo dezembro/2014	
	Título do Documento		Revisão	Pág.
FACULDADE DE FARMÁCIA		01	18/19	

SETOR AVALIADO

LABORATÓRIO DE HEMATOLOGIA/ANÁLISES CLÍNICAS

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: Angela Maria de Carvalho Pontes

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: Angela Maria de Carvalho Pontes																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INSALUBRIDADE										PERICULOSIDADE																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
		TIPO DE RISCO			AGENTE IDENTIFICADO	CME-	LT-	GRAU				TIPO DE RISCO			GRAU																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
		F	Q	B				NC	5% Min.	10% Méd.	20% Máx.	I	EE	RI		E																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		

Docente/Coordenadora	Aulas práticas com sangue humano da rotina de pacientes do SUS.	NA	NA	A	Virus e bactérias					NA	NA	A	NA	NA	NA	NA	NA	NA
----------------------	---	----	----	---	-------------------	--	--	--	--	----	----	---	----	----	----	----	----	----

Considera-se Risco Biológico - Nos termos do ART. 12 e Anexo da Orientação Normativa SEGEF Nº 6, de 18 de março de 2013, que diz:

Trabalho técnico habitual em laboratórios de análise clínica e histopatologia. Aplica-se somente aos técnicos que manipulam material biológico.

É caracterizada insalubridade de grau médio (10%), para agente biológico.

Mas, para o servidor fazer jus ao adicional de insalubridade requerido, deverá atender ao disposto no Art. 9º e 10º da Orientação Normativa SEGEF/MPOG Nº 6, de 18 de março de 2013, que versa sobre a exposição habitual e permanente.

OBSERVAÇÃO:

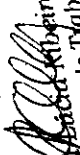
Medidas de controle a serem adotadas	
- Manter o local bem ventilado. - Manter organização, limpeza e higiene do local. - Atendimento a NR-23 (Proteção contra Incêndio). - Utilização de Equipamentos de proteção individual (luvas, óculos de segurança, máscara, jaleco, sapato fechado, touca)	- Atendimento a NR-17(Ergonomia) - Treinamento de Biossegurança - Avaliação quantitativa dos agentes identificados

F – Físico Q – Químico B – Biológico CME – Concentração/Valor Encontrado	LT – Limite de Tolerância I – Inflamáveis EE – Energia Elétrica RI – Radiações Ionizante	NA – Não Aplicável A- Aplicável NC – Não Conclusivo E-Explosivo
---	---	--

LEGENDA

Assinatura e carimbo:

Data da Avaliação: 16 de dezembro de 2013


Angela Maria de Carvalho Pontes
Eng.ª de Seg. do Trabalho
SMURB / UFBA

	Tipo do Documento Laudo Técnico Individual – Angela Maria de Carvalho Pontes		Código do documento Laudo dezembro/2014	
	Título do Documento FACULDADE DE FARMÁCIA		Revisão 01	Pág 19/19

SETOR AVALIADO

LABORATÓRIO MICROSCOPIA

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: Angela Maria de Carvalho Pontes

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: Angela Maria de Carvalho Pontes														
FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INSALUBRIDADE										PERICULOSIDADE		
		TIPO DE RISCO			AGENTE IDENTIFICADO	C/VE-	LT-	GRAU			TIPO DE RISCO		GRAU	
		F	Q	B				NC	5% Min.	10% Méd.	20% Máx.	I		EE
		NA	NA	A	NA	NA	NA	A	NA	NA	NA	NA	10% Único	
	Aulas teóricas e práticas com sangue. Ensinando a				Bactérias e vírus	-	-		NA	NA	A	NA	NA	NA

Docente/Coordenadora	Aulas teóricas e práticas com sangue. Ensinando a coleta e manipulação do sangue para exames hematológicos	NA	NA	A	Bactérias e vírus	-	NA	NA	A	NA	NA	NA	NA	NA	NA
----------------------	--	----	----	---	-------------------	---	----	----	---	----	----	----	----	----	----

Considera-se Risco Biológico - Nos termos do ART. 12 e Anexo da Orientação Normativa SEGEPI Nº 6, de 18 de março de 2013, que diz :
Trabalho técnico habitual em laboratórios de análise clínica e histopatologia. Aplica-se somente aos técnicos que manipulam material biológico.

É caracterizada insalubridade de grau médio (10%), para agente biológico.
Mas, para o servidor fazer jus ao adicional de insalubridade requerido, deverá atender ao disposto no Art. 9º e 10º da Orientação Normativa SEGEPI/POG Nº 6, de 18 de março de 2013, que versa sobre a exposição habitual e permanente

OBSERVAÇÃO:

Medidas de controle a serem adotadas

- Manter o local bem ventilado.
- Manter organização, limpeza e higiene do local.
- Atendimento a NR-23 (Proteção contra Incêndio).
- Manter limpeza no sistema de refrigeração
- Utilização de Equipamento de Proteção Individual - Luva, máscara, calçado de segurança, óculos de segurança, avental, touca.

- Atendimento a NR 17 (Ergonomia)
- Treinamento de Biossegurança.
- Cumprir as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde conforme Norma Regulamentadora 32.

F – Físico

LT – Limite de Tolerância
I – Inflamáveis
EE – Energia Elétrica
RI – Radiações Ionizante

Q – Químico
B – Biológico
C/VE – Concentração/Valor Encontrado

LEGENDA

NA – Não Aplicável
A- Aplicável
NC – Não Conclusivo
E-Explosivo

Assinatura e carimbo:

Angela Maria de Carvalho Pontes
Eng. de Seg. do Trabalho
SMURB / UFBA

Data da Avaliação: 21 de outubro de 2014